



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150573 - SP (2021/0225440-8)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : LAURO HENRIQUE FUSCO MARINHO (PRESO)
ADVOGADOS : PAULO EDUARDO AFFONSO FERREIRA - RJ082334
MÁRCIO ENGELBERG MORAES - RJ105503
LEONARDO LYRIO DE FREITAS - RJ143413
PRISCILA GONÇALVES FERNANDES DE FREITAS - RJ143464
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : CLEUDSON GARCIA MONTALI

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LAURO HENRIQUE FUSCO MARINHO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2065702-24.2021.8.26.0000).

O recorrente teve a prisão temporária decretada no dia 02/10/2020, posteriormente convertida em preventiva, no momento do recebimento da denúncia (07/10/2020), pelo cometimento, em tese, dos delitos tipificados no art. 2º, § 4º, II, da Lei n. 12.850/13; no art. 312, *caput*, c/c art. 327, §1º, ambos do Código Penal, por quarenta e duas vezes, em continuidade delitiva; no art. 312, *caput*, c/c art. 327, §1º, ambos do Código Penal, por três vezes, em continuidade delitiva; no art. 312, *caput*, c/c art. 327, §1º, ambos do Código Penal, por dezenove vezes, em continuidade delitiva; no art. 312, *caput*, c/c art. 327, §1º, ambos do Código Penal, por dezenove vezes, em continuidade delitiva; no art. 312, *caput*, c/c art. 327, §1º, ambos do Código Penal, por vinte e uma vezes, em continuidade delitiva; no art. 312, *caput*, c/c art. 327, §1º, ambos do Código Penal, por cento e oito vezes, em continuidade delitiva; no art. 1º, *caput*, c/c. § 4º, ambos da Lei nº 9.613/98, na forma do art. 69 do Código Penal;

Sustenta que "O fato é que o Eminentíssimo juiz de primeiro grau não apontou 1 (um) único fato onde haja o envolvimento direto de CLEUDSON com LAURO em atividade criminosa, enquanto dezenas de outros réus possuem ou possuíam fortíssima ligação com o apontado chefe da ORCRIM." (fl. 162)

Aduz que "Além do fato de ter ficado sozinho ao lado daquele que é apontado como Chefe da Organização Criminosa, o que evidentemente lhe é prejudicial, é preciso lembrar que a defesa de LAURO, com a medida de desmembramento adotada, fica alijada de participar das oitivas de 41 acusados e suas testemunhas, que muito poderiam contribuir para a absolvição do recorrente." (fl. 163)

Alega, por fim, que "Não haveria o menor problema em dividir o processo em duas ações penais, até porque ter 10 pessoas ou 12, em um processo, não faz a menor diferença! Em razão disto é que estamos recorrendo e continuaremos a recorrer até que seja determinada a divisão em 02 (dois) dois grupos processuais, trazendo os 10 réus presos ou com prisões decretadas para o processo originário, onde já se encontram o recorrente e o acusado CLEUDSON, mantendo-se o outro processo com os 31 réus soltos." (fl. 165)

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento da ação penal até o julgamento do presente recurso ordinário.

No mérito, pugna que "Seja provido o presente recurso, com a consequente desconstituição definitiva da r. decisão que determinou o desmembramento do feito em 03 (três) grupos, ordenando-se a divisão em 02 (dois) dois grupos, trazendo os 10 réus presos ou com prisões decretadas para o processo originário, onde já se encontram o recorrente e o acusado CLEUDSON, mantendo-se o outro processo com os 31 réus que não tiveram prisão decretada. " (fl. 166)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal consignou o seguinte, com relação ao desmembramento do processo (fl. 143):

Outrossim, quanto ao alegado prejuízo na instrução do feito, ressalto a r. decisão do d. Magistrado que rejeitou os embargos de declaração:

"... a alegação do Embargante de que teria dificuldade em inquirir os demais réus levados aos processos desmembrados, e em acessar a prova lá produzida, não é suficiente para ensejar a modificação da decisão embargada. Primeiro, porque Corrêu não pode ser arrolado como testemunha e, segundo, porque, se acolhidos esses argumentos do Embargante, não poderia haver qualquer desmembramento e teria o processo que permanecer com 43 réus no polo passivo, inviabilizando a realização da instrução e prejudicando a razoável duração do processo, principal constitucional relacionado ao processo penal ..." (fls. 18776 dos autos de origem).

Por fim, é preciso sopesar a complexidade do caso e o critério de conveniência utilizado pelo d. Magistrado (semelhança de crimes) acaba por favorecer a instrução do processo, em que o Paciente figura como réu, não se vislumbrando nenhum constrangimento ilegal a ser reparado por meio deste remédio heroico.

Ao menos em princípio se conclui, o Paciente está até mesmo sendo beneficiado e, caso comprovado o inverso, mesmo que oportunamente, com o comprometimento da instrução criminal, naturalmente que buscará o devido reparo.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência